

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONCIDADE-BC de 2018
ATA (04/10/2018) – 127ª Reunião do ConCidade-BC

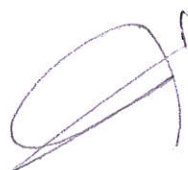
Ao quarto dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às dezoito horas e vinte minutos, na Câmara de Vereadores, situada na Avenida das Flores, 675, no Bairro dos Estados, realizou-se a reunião ordinária, sendo centésima vigésima sétima reunião do Conselho da Cidade na presença dos seguintes conselheiros: Rubens Spernau – Secretário de Planejamento (Presidente), Douglas C. Beber Rocha - EMASA (T), Anderson dos Santos – COSIP (T), George Varela – Fundação Cultural (T), Fabiana T. Buhner – Procuradoria Jurídica (T), Karine Almeida Gomes – Secr. de Gestão Administrativa (T), Altamir Teixeira - SECTUR (T), Adeltraut Z. Schappo – Gestão TPC (T), Alex Haacke - AME (S), Leandro Moraes – AMPE (T), Maria Goreti Sbegghen – Comitê Bacia Hidr. Rio Camboriú (T), Paulo Remy Endress de Farias Filho – CONSEG BC (T), Jair R. Palmeira – Conselho Comunitário de BC (T), Juliana Pilan - SASC (T), Bruno Nitz Neto - SINDUSCON (T), Eliane Colla – CDL (S), Fabiane Schlindwein – ACIBC (T), Marcos E. Krzisch - OAB (S) e Alex Pressi – ASAPREV BC (T). O presidente pede o registro de que a reunião será gravada somente em áudio, em virtude de estar acontecendo um evento paralelo na Câmara de Vereadores e, o Departamento de Comunicação da Câmara não possuir outros equipamentos para disponibilizar a gravação em vídeo. Considerou também que o Regimento Interno não dispõe sobre a forma de gravação. O presidente Rubens fez a abertura da reunião e, colocou em apreciação a ATA do dia 10/09/2018 (dez de setembro de dois mil e dezoito), não havendo manifestações contrárias, foi aprovada por unanimidade. Na sequência, passou à palavra a secretária *ad hoc* do ConCidade, Clelia, para a leitura da pauta da reunião, publicada no Jornal DIARINHO, no dia dezanove de setembro do ano de dois mil e dezoito, sendo: 1. Apreciação e deliberação dos processos requeridos por QMC TELECOM DO BRASIL CESSÃO DE INFRAESTRUTURA LTDA., CNPJ nº 13.733.490/0001-87, no qual solicita dispensa de apresentação de EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança) referente à instalação de infraestrutura de suporte para o sistema de telecomunicações no topo de edifícios, sendo Proc. nº 2018021253 (sobre o Ed. Jeffreys Bay, situado à Rua 3.146, nº 97), Proc. nº 2018030214 (sobre o Ed. Res. Belize, situado à Rua Guará, nº 56 e Rua Gralha Azul, nº 55) e Proc. nº 2018030217 (sobre o Ed. Ivo Agostinho Roveda, situado à Avenida Atlântica, nº 5382), conforme estabelece a Lei Complementar nº 24/2018, em seu artigo 3º e § 1º; 2. Apreciação da minuta do projeto de lei que “ALTERA E CRIA DISPOSITIVOS À LEI Nº 2.686, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, À LEI Nº 2.794, DE 14 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISCIPLINA O USO E A OCUPAÇÃO DO SOLO, AS ATIVIDADES DE URBANIZAÇÃO E DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, À LEI COMPLEMENTAR Nº 003, DE 05 DE OUTUBRO DE 2010, QUE REGULAMENTA OS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ PARA FINS DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR ADICIONAL, VINCULADOS AS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS, DA

TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR E DO DIREITO DE PREEMPÇÃO PARA AS FINALIDADES DEFINIDAS NA LEI Nº 2686, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 E À LEI Nº 3.471, DE 13 DE JULHO DE 2012, QUE CRIA E REGULAMENTA O COMPLEXO TURÍSTICO MORRO DO CARECA - CTMC, ESTABELECEndo CRITÉRIOS PARA A PRÁTICA DE VOO LIVRE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC.”; Assuntos Gerais. A secretária (*ad hoc*) justifica o cancelamento do item 2 da pauta, em virtude da solicitação por parte da Procuradoria do Município para revisão dos índices. Também coloca que Na sequência o presidente solicita a inserção de três itens na pauta sendo: 1º – Inserção da ELEIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE do CONCIADADE-BC, colocada em votação a inserção, foi aprovada por unanimidade; 2º - Inserção na pauta da apreciação e deliberação de solicitação especial, encaminhada a este Conselho através do Of. nº 108/SPU-DETA/2018, requerida pelo representante do empreendimento BALNEÁRIO SHOPPING no que se refere à taxa de ocupação do segundo pavimento da ampliação do referido empreendimento, sob processo de aprovação nº 2017034390. Colocada em votação a inserção, **somente para a apresentação** do requerimento pelo representante do empreendimento BALNEÁRIO SHOPPING, colocada em votação a inserção da apresentação, foi aprovada por unanimidade; 3º - Inserção na pauta da análise do Processo nº 2018033223, requerido por A & A Participações S/A, que solicita emissão de DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL do empreendimento a ser implantado em lote localizado à BR 101 – DIC nº 41348. Sendo rejeitado por unanimidade, por trata-se de um assunto sem interesse para o município, pois somente o empreendedor terá benefícios. O presidente falou que os assuntos que são trazidos para pauta da reunião não significam que o executivo concorde, justamente por isso, são colocados em discussão. A Conselheira Maria Goreti fez considerações sobre a inserção de itens na pauta, já que o regimento prevê o envio da pauta, com no mínimo vinte e quatro horas de antecedência da reunião, para os conselheiros, que não deverá ser mais feita exceção, de forma a não abrir precedentes. O Sr. Paulo coloca que quando a pauta é solicitada pela Secretaria de Planejamento que nada impede que seja votada a solicitação de inserção. O presidente abriu espaço para candidaturas à eleição para vice-presidente. A Conselheira Karine se candidatou, a Conselheira Fabiane Schlindwein indicou o Sr. Paulo Farias, justificando o tempo de conselho que o mesmo tem e o conhecimento; a Conselheira Eliane indicou a Conselheira Maria Goreti, considerando o conhecimento jurídico que a mesma detém; o Conselheiro Marcos fez a explanação de que nos outros conselhos, geralmente o vice-presidente é um representante da sociedade civil. O Sr. Paulo colocou que a observação do Conselheiro Marcos não está no estatuto (regimento) sobre o vice ser da sociedade civil, agradeceu os que apoiaram o seu nome e, retirou a sua candidatura. O presidente colocou em votação, sendo as candidatas Karine e Maria Goreti, Douglas C. Beber Rocha - EMASA (Karine), Anderson dos Santos – COSIP (Karine), George Varela – Fundação Cultural (Karine), Fabiana T. Buhner – Procuradoria Jurídica (Karine), Altamir Teixeira - SECTUR (Karine), Adeltraut Z. Schappo – Gestão TPC (Karine), Alex Haacke - AME (Karine), Leandro Morais – AMPE (K), Paulo Remy Endress de Farias Filho – CONSEG BC (K), Jair R. Palmeira – Conselho Comunitário de BC (K), Bruno Nitz Neto - SINDUSCON (T), Eliane Colla – CDL (Maria Goreti), Fabiane Schlindwein – ACIBC (Karine) e Alex Pressi –

ASAPREV BC (Karine), sendo (13) treze votos para a Conselheira Karine e 01 (um) voto para a Conselheira Maria Goreti. Foi discutido sobre a paridade entre governo e sociedade civil, as Conselheiras Eliane e Maria Goreti fizeram considerações sobre não haver paridade por a vice-presidente eleita ser do governo. O Sr. Paulo alegou não haver disparidade, visto que até o fim do mandato deste conselho haverá três reuniões, que em todo o seu tempo de conselho que raras vezes o vice-presidente presidiu e, que o vice não faz pauta, apenas conduz a reunião na falta do presidente. A Sra. Karine considerou também que, na verdade, a disparidade é para o governo, pois na falta do presidente assumindo o vice, durante as votações, a representação governamental terá um voto a menos. O Sr. Rubens deixou claro que sempre que puder estará nas reuniões do Conselho, mas que nessa reunião teve um compromisso importante, marcado previamente, passando a presidência a Sra. Karine. Antes de retirar-se, falou sobre os comentários dos conselheiros no grupo de “WhatsApp” sobre “discutir cidade”, achou pertinente e disse que deveria ser para isso que o Conselho deveria se reunir, sendo interessantes para todos para contribuírem com ideias. Disse que infelizmente temos pautas impositivas que são formalidades de ordem legal, que devem ser discutidas, mas que o tempo deve ser aproveitado de uma melhor forma, discutindo o real motivo da existência do Conselho. A secretária (*ad hoc*) fez um convite aos conselheiros para que façam a leitura do Regimento Interno do CONCIDADE-BC, aprovado pelo Decreto Municipal 6945/2013, principalmente no que diz respeito às competências do conselho. Ainda, comentou sobre o convite que foi feito, há alguns meses, pelo então presidente Edson Kratz, que fez um chamamento para que os conselheiros trouxessem assuntos para serem discutidos nas reuniões, com receptividade para “discutir cidade”, com as ideias de quem convive com as necessidades da cidade. A Sra. Karine assumiu a presidência, deu continuidade à reunião, passando a palavra ao representante do BALNEÁRIO SHOPPING, Engenheiro Gilvane, para a apresentação do seu pleito, iniciou citando que o empreendimento, nos últimos 12 meses, teve uma arrecadação de ICMS ao estado em mais de R\$ 150.000.000,00, ficando para o município em torno de R\$ 35.000.000,00, dentre os demais impostos, mexendo com a vida econômica da cidade. mencionou que a ampliação, a qual está tentando aprovar, se dará pela Avenida Santa Catarina, com dois pavimentos de shopping e três pavimentos superiores de garagens, além do pavimento subsolo (garagem), gerando mais de mil vagas. Comentou que o Shopping é composto de dois zoneamentos e, que o projeto em análise esbarra em um dos índices urbanísticos para o zoneamento pela Avenida Santa Catarina, sendo na taxa de ocupação (TO) no segundo pavimento da área comercial do Shopping (L2), sendo para a Avenida Santa Catarina a TO de 40% (quarenta por cento), a situação proposta é de 75% no segundo pavimento L2, exemplificando a aprovação que tiveram em Blumenau. Iniciando a obra pelo pavimento subsolo, com previsão de início para março de 2019 e conclusão em novembro do mesmo ano e, em março de 2020 a previsão de continuidade do L1 e L2 e garagens. O Sr. Paulo questionou sobre a promessa dos corretores, entre os anos de 2006 e 2007, de que não seria cobrado estacionamento por um prazo de até cinco anos após a implantação do Shopping, demonstrando que não cumpriram com o prometido, assim de que forma poderão confiar que será cumprido o que vir a ser estabelecido, perguntou também se o número de vagas de estacionamento aumentaria. O Eng.º Gilvane respondeu que desconhecia essas

promessas dos corretores e, que nas vagas de estacionamento serão acrescidas em torno de mil vagas. O Sr. Jair tomou a palavra, aos quarenta e oito minutos de reunião, fez colocações e questionou o representante do shopping: *“gostaria de saber e, até gostaria que fosse colocado em ata, com relação ao IV, EIV das duas obras que foram feitas, da alteração do Shopping, que estão em abertas as compensações, o senhor sabe me dizer alguma coisa?”*, o Eng.º Gilvane respondeu que desconhece. O Sr. Jair deu continuidade a sua fala: *“Então, eu gostaria que fosse levantado e que nos apresentasse isso para nós, que eu tenho, que eu sei, que essas compensações não foram cumpridas, então eu gostaria que todos os conselheiros ficassem...”* (durante a fala do Sr. Jair houve uma discussão paralela interferindo nas duas ou três últimas palavras da sua colocação). O Eng.º Gilvane reiterou o desconhecimento. A Sra. Karine perguntou se o mesmo desconhecia as medidas ou o descumprimento, ele respondeu que desconhecia o descumprimento, mas acredita que foram cumpridas, pois as duas obras têm “Habite-se”. Em discussões paralelas, foram colocadas várias opiniões, não sendo possível registrar pela desordem que foi criada na reunião. Foi citado que na implantação inicial do Shopping, não havia a necessidade de apresentação de EIV, pois foi anterior a legislação que regulamentou a exigência de EIV’s. A Sra. Fabiana pediu para que fossem localizadas as atas que tratassem do assunto, sendo as compensatórias do Shopping e perguntou se havia algum conselheiro presente que tivesse acompanhado a tramitação do EIV no Conselho, não havendo nenhuma manifestação afirmativa. O Sr. Jair que não participou, mas que o relator foi o Dr. Valdir e, estavam todas essas compensações no seu relatório. O Eng.º Gilvan encerra a apresentação dizendo que serão mais 96 operações e um acréscimo em torno de 1.000 empregos. A presidente, em exercício, voltou ao assunto sobre a inserção de pauta em reunião mediante votação, colocou em votação a proposta da Maria Goreti, perguntando “quem concorda com a Maria Goreti” de não inserir item na pauta, no dia da reunião, somente com a antecedência mínima de vinte e quatro horas, sendo aprovada por maioria, com nove votos a favor e oito votos contra. A presidente deu continuidade com o assunto da dispensa de EIV referente às antenas, passou à palavra a secretária (*ad hoc*), que leu os dispositivos legais que amparam a dispensa da Lei Complementar 24/2018 em seu artigo 3º § 2º, apresentou os processos de requerimento de dispensa, sendo Proc. nº 2018021253 (sobre o Ed. Jeffrey Baby, situado à Rua 3.146, nº 97), Proc. nº 2018030214 (sobre o Ed. Res. Belize, situado à Rua Guará, nº 56 e Rua Gralha Azul, nº 55) e Proc. nº 2018030217 (sobre o Ed. Ivo Agostinho Rédea, situado à Avenida Atlântica, nº 5382). O assunto foi colocado em discussão. O Sr. Varela colocou sobre a necessidade da instalação de antenas de telefonia no município, considerando o grande fluxo de turistas e das dificuldades que se tem de sinal, com muitas reclamações e as operadoras justificam que o município tem uma rigidez e dificulta a liberação e a implementação de novas antenas, sendo uma imagem ruim para o município, já em relação à poluição visual, deverá ser regulamentada. O Sr. Paulo falou sobre o grande fluxo dos processos de antenas que já passaram pelo Conselho e, que o Conselho não tem a capacidade técnica para essa análise. Colocada em votação nominal a “deliberação permanente por parte do Conselho da Cidade” para a dispensa de EIV, exclusivamente para processos de instalação de antenas sobre edifícios, desde que sejam cumpridas as demais exigências legais e, com a devida aprovação de projeto e emissão de alvará de funcionamento, com os seguintes votos:

Douglas C. Beber Rocha - EMASA (não dispensa), Anderson dos Santos - COSIP (não dispensa), George Varela - Fundação Cultural (não dispensa), Fabiana T. Buhner - Procuradoria Jurídica (dispensa), Altamir Teixeira - SECTUR (dispensa), Adeltraut Z. Schappo - Gestão TPC (dispensa), Alex Haacke - AME (dispensa), Leandro Moraes - AMPE (dispensa), Maria Goreti Sbeghen - Comitê Bacia Hidr. Rio Camboriú (dispensa), Paulo Remy Endress de Farias Filho - CONSEG BC (dispensa), Jair R. Palmeira - Conselho Comunitário de BC (não dispensa), Juliana Pilan - SASC (não dispensa pela questão paisagística), Bruno Nitz Neto - SINDUSCON (dispensa), Eliane Colla - CDL (dispensa), Fabiane Schlindwein - ACIBC (dispensa) e Alex Pressi - ASAPREV BC (dispensa), ficando aprovada a dispensa pela maioria dos votos, com onze votos a favor e cinco contra. A presidente abriu o espaço para os Assuntos Gerais. O Sr. Paulo questionou sobre a situação do Banco Itaú - 4ª Avenida, o Sr. Douglas pediu para a secretária falar sobre o assunto, a mesma informou que, no mês de julho, foi solicitado à Secretaria da Fazenda o bloqueio da renovação do alvará da referida agência, nesta mesma época foi enviado ofício ao Departamento de Fiscalização de Obras para que não fosse liberada nenhuma viabilidade de funcionamento, assim como para que fossem tomadas as providências cabíveis em relação ao funcionamento irregular da agência, foram notificados e pediram prorrogação de prazo para a regularização. De julho até setembro foram mantidos contatos com os responsáveis pela regularização da agência (escritório de arquitetura) com o envio do Termo de Compromisso para assinatura, por parte dos representantes legais do banco, havendo o impasse das câmeras de vigilância, devido o sistema do município não estar funcionando, não sendo possível a instalação das mesmas. O Sr. Paulo solicitou que fosse encaminhado um ofício solicitando o fechamento da agência, até o cumprimento do que foi tratado anteriormente, para dar o bom exemplo aos que pagam seus impostos em dia. A presidente disse que teria que ver com a Fiscalização de Posturas qual o prazo que foi dado na prorrogação, para então tomar as providências cabíveis. A secretária colocou que a questão das câmeras deverá ser definida, pois as medidas que constam em ata são: trinta paraciclos, câmeras de monitoramento full HD 360° e o valor de R\$ 15.000,00 em recursos financeiros, definidos no ano de 2016. A Conselheira Fabiana pediu que fosse realizada uma revisão do regimento, para que seja criada uma estrutura para a gestão e organização do ConCidade, para o cumprimento das decisões do conselho. A presidente citou que o regimento interno já prevê a organização do Conselho, basta colocar em prática. Colocado em votação o prazo para a notificação do Banco Itaú, foi definido o prazo de sete dias corridos. A Presidente (em exercício) Karine encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos. Nada mais sendo dito, eu, Clelia Witt Saldanha, secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata para que assinada surtam seus efeitos legais.



LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO DA CIDADE- REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 04/10/2018

Horário: 18:00 horas

Local: Câmara de Vereadores de BC

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL(09)

- Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária

Titular: Rubens Spornau.: _____

Suplente: Vladimir Marcolin Trautwein: _____

- Emasa:

Titular: Douglas C. Beber Rocha : _____

Suplente: Eliani Varella Domingues: _____

- COSIP / Obras:

Titular: Anderson dos Santos: _____

Suplente: Djandro G. S. de Souza: _____

- Fundação Cultural:

Titular: George Varela: _____

Suplente: Ana B. M. Mattar: _____

- Procuradoria Jurídica:

Titular: Fabiana T. Buhner: _____

Suplente: Daniel Brose Herzmann: _____

- Secretaria de Gestão Administração/Secretaria de Articulação:

Titular: Karine Almeida Gomes: _____

Suplente: Dalton C. Becker: _____

- Secretaria de Turismo / Sec. da Fazenda:

Titular: Altamir Teixeira: _____

Suplente: Franc Ribeiro Côrrea: _____

BALNEÁRIO CAMBORIÚ – CAPITAL CATARINENSE DO TURISMO
MO" RUA DINAMARCA, Nº 175 - 2º ANDAR - BAIRRO DAS NAÇÕES - CEP. 88338-315 FONE/FAX: (47) 3367-0502 - WWW.COMPUR.COM.BR COMPUR@COMPUR.COM.BR BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SANTA CATARINA - CNPJ. 82.614.090/0001-75



EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO CONJUNTA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DO BALNEÁRIO CAMBORIÚ - COMPUR-BC, sociedade de economia mista municipal, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o estatuto social da entidade e a legislação de regência, convoca os acionistas da Companhia a comparecerem em sua Sede, situada à Rua Dinamarca, nº. 175, 2º Andar - Bairro das Nações, Balneário Camboriú-SC - CEP 88338-315, no dia 22 de Outubro do corrente ano, às 17 horas, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária com a seguinte ordem do dia:

I - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

a) Re-ratificação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 16/04/2018, conforme segue: Re-ratificar a Assembleia Geral Ordinária: a.1) Ratificar a Prestação de Contas dos Administradores, exame, discussão, deliberação e votação do Relatório da Administração (GESTÃO - Exercício 2017), bem como do Balanço Patrimonial, das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, relativos ao exercício social findo em 31/12/2017;

a.2) Ratificar a Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social de 2017, bem como a distribuição de dividendos;

a.3) Ratificar a Deliberação sobre a verba destinada à remuneração dos integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, e inclusive da Diretoria da Companhia;

a.4) Ratificar a Eleição dos Membros e Suplentes do Conselho Fiscal;

a.5) Ratificar os Outros assuntos de interesse da sociedade;

II - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

A) Alteração, Adequação e Consolidação do Estatuto Social da COMPUR-BC, alterando os objetivos sociais da Companhia;

B) Destituição e Eleição de Membro do Conselho de Administração;

Ficam à disposição dos acionistas na Sede da Companhia, toda a documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do artigo 135, §3º da Lei das Sociedades por Ações, bem como os documentos relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, nos termos da Lei 133 e seus incisos da Lei das Sociedades por Ações, podendo obter cópias desses documentos na Sede da Companhia.

Balneário Camboriú (SC), 19 de Setembro de 2018.

Osmar de Souza Nunes Filho Diretor-Presidente

Notas Explicativas: Convocação realizada, na forma do art. 123, art. 124 c/c art. 289 da Lei 6.404/76, bem como em obediência ao art. 133 da Lei 6.404/76.

ESTADO DE SANTA CATARINA / PODER JUDICIÁRIO

Comarca - Itajaí / Vara Regional de Direito Bancário - 100% Digital
Rua Uruguai, 222, Centro - CEP 88301-900, Fone: 47, Itajaí-SC - E-mail: itajai.bancario@tjsc.jus.br Juiz de Direito: Stephan Klaus Radloff
Chefe de Cartório: Alessandro Mees dos Santos

EDITAL DE CITAÇÃO - EXECUÇÃO - COM PRAZO DE 30 DIAS Execução de Título Extrajudicial n. 0500982-58.2013.8.24.0033 Exequente: Banco Itaú Unibanco S/A / Executado: Itacomp Comércio de Alimentos Ltda e outros /

Citando(s): JAIME ALVES, brasileiro(a), Solteiro, Contador, RG 2914751, CPF 824.726.709-82, mãe Otília Alves, Nascido/Nascida 23/06/1973, natural de Salete - SC, Rua Fortunato Tormena, 05, Chácara, Itaipava, CEP 88318-055. Itajaí - SC. Fone (047)96019500

ELIANAI ALVES CORDEIRO, brasileira(a), Divorciada, Empresário, RG 3.182.564-4, CPF 519.289.069-15, natural de Curitiba - PR, Rua Fortunato Tormena, 05, Chácara, Itaipava, CEP 88318-055. Itajaí - SC

ITACOMP COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ 07.806.287/0001-90, Rua Fortunato Tormena, 05, Chácara, Itaipava, CEP 88318-055, Itajaí - SC
Valor do Débito: R\$ 1.062.317,76. Data do Cálculo: Conforme inicial. Pelo presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, FICA(M) CIENTE(S) de que neste Juízo de Direito tramitam os autos do processo epígrafado e CITA(DA(S)) para, em 3 (três) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte ao

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CONSELHO DA CIDADE

CONVITE

O Conselho da Cidade do Município de Balneário Camboriú/SC

todos os seus membros, titulares e suplentes, e a comunidade Balneocamboriense para participar da Reunião Ordinária que acontecerá no dia 04 (quatro) de outubro de 2018, às dez horas, na sede da Câmara de Vereadores, localizada na Avenida das Flores, 675, Bairro dos Estados.

PAUTA:

1. Apreciação e deliberação dos processos requeridos por QMC TELECOM DO BRASIL CESSÃO DE INFRAESTRUTURA LTDA., CNPJ nº 13.733.490/0001-87, no qual solicita dispensa de apresentação de EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança) referente à instalação de infraestrutura de suporte para o sistema de telecomunicações no topo de edifícios, sendo Proc. nº 2018021253 (sobre o Ed. Jeffreys Bay, situado à Rua 3.146, nº 97), Proc. nº 2018030214 (sobre o Ed. Res. Belize, situado à Rua Guarã, nº 56 e Rua Graila Azul, nº 55) e Proc. nº 2018030217 (sobre o Ed. Ivo Agostinho Roveda, situado à Avenida Atlântica, nº 5382), conforme estabelece a Lei Complementar nº 24/2018, em seu artigo 3º e § 1º;

2. Apreciação da minuta do projeto de lei que "ALTERA E CRIA DISPOSIÇÕES À LEI Nº 2.686, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, À LEI Nº 2.794, DE 14 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISCIPLINA O USO E A OCUPAÇÃO DO SOLO, AS ATIVIDADES DE URBANIZAÇÃO E DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS, A LEI COMPLEMENTAR Nº 003, DE 05 DE OUTUBRO DE 2010, QUE REGULAMENTA OS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ PARA FINS DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR ADICIONAL, VINCULADOS AS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS, DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR E DO DIREITO DE PREEMPÇÃO PARA AS FINALIDADES DEFINIDAS NA LEI Nº 2686, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 E À LEI Nº 3.471, DE 13 DE JULHO DE 2012, QUE CRIA E REGULAMENTA O COMPLEXO TURÍSTICO MORRO DO CARECA - CTMC, ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A PRÁTICA DE VOO LIVRE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC." Assuntos Gerais

Balneário Camboriú, 18 de setembro de 2018.

RUBENS SPERNAU
Presidente do CONCELHO-BC

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - BCPREVI

GABINETE

PORTARIA Nº 25.202/2018

FABRICIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com o artigo 90, inciso II, letra "a", ambos da Lei Orgânica do Município, e por estar de acordo com o Art. 40, § 1º, inciso III, letra "a" da Constituição Federal e ainda em conformidade com os artigos 2º, 54 inciso I, letra "c", e 65, seus incisos, da Lei Municipal 2.412/2004, e nos termos do processo nº 075/2.018, RESOLVE:

1º - APOSENTAR POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, a Sra. MARGARIDA FREIRE CALEFFI BARBOSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Apoio Pedagógico Especial, lotada na Secretaria de Educação, com PROVENTOS INTEGRAIS, tornando sem efeito todas as disposições em contrário.

2º - Este ato entra em vigor nesta data.

Balneário Camboriú, 18 de setembro de 2018.

FABRICIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA

61,71

1,71

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GABINETE

PORTARIA SGA/GSGA nº 067/2018

KARINE ALMEIDA GOMES, Secretária de Gestão Administrativa do Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 30, inc. VII, alínea "b", da Lei Municipal nº 1.068/91. Considerando que constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, tendo a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à administração;

Considerando que esta Secretária Municipal tomou conhecimento por meio do Of. 022/2017 - SOU/VEÍCULOS, trata-se de pedido para averiguar e responsabilizar as infrações cometidas que ocorreram com o veículo oficial da Secretaria de Obras. Resolve instaurar

ação

DOUGLAS COSTA BEBER ROCHA
DIRETOR GERAL